

Capital externo traz risco ao país

Economia - Brasil

Dependência de recursos vindos de fora ameaça a retomada do desenvolvimento, diz consultoria

BRASÍLIA – O primeiro ano do governo Luiz Inácio Lula da Silva foi marcado pelo controle da inflação e reversão de suas expectativas, seriedade na condução da política fiscal, ajuste das contas externas, resgate da confiança internacional e aprovação das reformas previdenciária e tributária. Por outro lado, para garantir a estabilidade econômica, o custo foi bastante elevado. Foi adotada uma política de juros altos, queda da renda real, aumento da taxa de desemprego e crescimento econômico próximo de zero.

O relatório sobre o primei-

ro ano do governo Lula, feito pela consultoria Global Station, ressalta que, apesar do êxito na queda da inflação, o país continua refém do capital externo e vulnerável para crescer no médio e longo prazos.

– Por isso não é prudente mostrar otimismo exacerbado e antes da hora, como vem acontecendo com figuras do alto escalão do governo. A verdade é que a inflação não está sob controle, como parece, e sim bem comportada devido à fal-

ta de choques exógenos (alta do dólar e novas influências dos preços monitorados) – informa o relatório.

Juros são o dobro da economia feita com o superávit primário

Com relação à política fiscal do governo, o cumprimento de meta de superávit primário (receitas menos despesas excluindo pagamento de juros) é essencial para evitar uma trajetória explosiva da relação entre a dívida e o Produto Interno Bruto (PIB), que em novembro, atingiu 57,2% do PIB (R\$ 905,2 bilhões). Por en-

quanto, a economia feita pelo governo tem sido insuficiente para cobrir os gastos com juros. De janeiro a novembro, o superávit primário foi de R\$ 70,294 bilhões (4,94% do PIB). Enquanto os gastos com juros totalizaram R\$ 136,306 bilhões (9,59% do PIB) no mesmo período. A meta de superávit primário para o ano passado foi de 4,25% do PIB.

– A estratégia de dizer que o superávit primário servirá para estabilizar a relação dívida/PIB não é verdadeira, pois o pagamento de juros representa mais que o dobro da eco-

nomia que se faz com o superávit primário. Enquanto o país tiver crescimento tímido do PIB, a relação dívida/PIB continuará crescendo – afirmam os economistas da Global Station no relatório.

Além do crescimento econômico com juros mais baixos, a redução da relação dívida/PIB depende da queda da parcela da dívida atrelada a Selic (taxa básica de juros) e ao câmbio. Da dívida em títulos do governo no mercado, que totalizou R\$ 728,31 bilhões em novembro, 50,19% é corrigida pela Selic e outros 23,82% ao câmbio.